

ONTOLOGIAS MARGINAIS : DESAFIOS DE UM ANARQUISMO TRANSFEMINISTA¹

MARGINAL ONTOLOGIES:
CHALLENGES OF A TRANSFEMINIST ANARCHISM

Angie Barbosa²

Resumo

Nesse texto, escrito como uma fala para a I Feira Anarquista do Rio de Janeiro, são apresentadas contradições da relação historicamente predatória da democracia brasileira com as travestis e transexuais, atentando para a marginalidade ontológica do corpo travesti sob o patriarcado capitalista de supremacia branca. Com base nessa reflexão, são apresentados desafios transfeministas para as políticas radicais e anarquistas.

PALAVRAS-CHAVE: Travesti, anarquismo, ciscolonialidade, eleições.

Abstract

In this text, written as a speech for the 1st Anarchist Fair in Rio de Janeiro, contradictions of the historically predatory relationship of brazilian democracy with brazilian *travestis* and transsexuals are presented, paying attention to the ontological marginality of the *travesti* body under the capitalist patriarchy of white supremacy. Based on this reflection, transfeminist challenges to radical and anarchist politics are presented.

KEYWORDS: *Travesti*, anarchism, ciscoloniality, Brazilian presidential elections.

1 Esse texto foi escrito inicialmente como uma fala para a I Feira Anarquista do Rio de Janeiro, para a qual fui convidada. Quando o escrevi, o via como um desabafo de minhas preocupações no período eleitoral, e como uma expressão de meu desejo e necessidade de radicalizar as políticas trans, e de transicionar as políticas radicais anarquistas. Embora o texto tenha sido originalmente escrito entre os dois turnos do período eleitoral de 2022, e sua estrutura e proposta básica seja informada por esse contexto, decidi atualizá-lo temporalmente para o contexto de publicação; ele também foi revisado com algumas correções pontuais e novas contribuições. Mesmo com a edição do texto para publicação na Revista Tapuia, busquei manter alguns usos da primeira pessoa e das interpelações que fiz ao público na fala, como uma maneira de preservar o efeito de convocar as pessoas e organizações anarquistas para um olhar atento em relação às experiências trans/travestis.

2 Angie Barbosa é uma travesti, jovem transfeminista e estudante de psicologia (UERJ). É militante da Rede Trans UERJ. Compõe o coletivo radical Bibliopreta, onde atua com levantamento bibliográfico, traduções, ações diretas focadas em acesso e produção de conhecimento por parte de pessoas pretas, trans/queer, e mulheres dissidentes; bem como na produção de formações transfeministas e antirracistas. Se interessa pelo Pensamento Travesti Brasileiro e Latino-Americano, pelo pensamento anarquista trans e por estudos radicais de gênero e sexualidade. E-mail: angelolsb@gmail.com

Em 14 de outubro desse ano, no intervalo entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais, a travesti negra de 15 anos Stéphane foi encontrada em Natal, decapitada, e sem o dedo mindinho da mão esquerda; uma configuração do assassinato que pode ser lida como referência ao corpo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o coletivo Attransparência, do Rio Grande do Norte, Stéphane era uma menina religiosa e gostava de dançar. Acredito — e espero — que não seja novidade pra vocês que estamos no país mais violentamente anti-trans do mundo, , “campeão” em assassinatos contra travestis e mulheres trans, e que esses assassinatos são os mais brutais e carregados de simbolismo no nosso imaginário de violência.

Essa cena revela o fato já muito óbvio e evidente de que o afeto fascista que tem sido nomeado de "bolsonarismo" e mesmo "antipetismo" nos últimos 6 anos é, na verdade, a continuidade de um afeto colonial violento de ódio racista e transmisoginia. Acredito que não tenha sido à toa que algum transfeminicida anônimo tenha decidido simbolizar seu ódio pela figura de Lula no corpo de uma jovem travesti negra, e não no corpo de um senhor branco cisgênero qualquer. O corpo de Stéphane foi visto como um espaço em branco onde a frustração masculinista pelos atuais projetos políticos eleitorais podia ser descarregada. Ela foi alvo de um processo genérico onde não era pessoa, nem propriamente um corpo, mas uma encarnação de um afeto frustrado e uma fantasia de violência³

Embora seja sim óbvio que o corpo de uma travesti negra morta está no fundo do imaginário dos patriotas e das senhorinhas conservadoras que há pouco pediam uma intervenção militar em nossas ruas, eu preciso argumentar que a presença do assassinato de Stéphane é muito mais abrangente. Seu corpo estava, também, no fundo do imaginário da esquerda eleitoral que, em nome de uma política do real que priorizou acima de tudo o objetivo pragmático de virar votos e proteger as vias do atual sistema político, se prestou a falar a linguagem das "massas": uma linguagem delirante de fundamentalismo religioso, racismo anti-negro e anti-indígena e transmisoginia. O assassinato de Stéphane também povoa o imaginário dos radicais de esquerda que recusam imaginários feministas e LGBTs de luta em prol de um desejo pela perpetuação de um sistema político fundado no monopólio da violência — pouco importa se é violência de Estado ou violência revolucionária — nas mãos

3 A educadora, filósofa e mestranda em antropologia (UFRGS) Atena Roveda, em uma fala sobre “Feminismo Trans” descreve as experiências de transição como um rompimento com três marcadores centrais da autenticidade humana e da concepção moderna de pessoa: o nome, o corpo, e a posição em relações familiares e sociais. Essa concepção de pessoa, sob a qual repousa a identidade estável e coerente de gênero moderna, exclui as experiências trans-travestis da sua inteligibilidade. A fala está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jOXxwKh4q1w&ab_channel=L%C3%BAMinaUFRGS> Acessado em: 28/07/2023.

do homem cisgênero, como já denunciou a travesti negra radical Jota Mombaça (2016).

Eu falo desses imaginários de violência porque eles constituem o nosso sistema político. Falo primeiro como transfeminista, depois como anarquista, e espero que logo fique claro porque faço essa distinção estratégica agora.

Vejam, o corpo trans, o corpo feminino negro, o jovem corpo negro não absorvido nos mercados neoliberais, o corpo com deficiência e o corpo indígena são alguns pilares das "ontologias marginais" do nosso sistema contemporâneo de reconhecimento de humanidade - algo já há muito tempo antecipado por Sylvia Wynter (*Conf.*: WYNTER, 1994). Por ontologias marginais, quero dizer que a ontologia é aquilo que se refere ao "ser" das coisas, e que esses corpos que citei têm suas experiências marcadas por uma precariedade na própria possibilidade de ser, uma existência permeada pela violência incessante de não ser propriamente humano, e, principalmente, uma negação completa de suas agências políticas. Eu, obviamente, estarei focando na ontologia marginal do corpo travesti-trans aqui, embora ela não se separe tanto das outras e possua suas continuidades e interseções com elas.

A feminista negra Joy James (2022), descrevendo a ontologia marginal do corpo e do cuidado feminino negro cisgênero, usou o termo "matriz preta" para descrever a predação da vida e da reprodutividade feminina preta que funciona como a base de uma gangorra onde ocorrem as disputas políticas dos Estados-Nação do ocidente⁴. Parto do pensamento dela para pensar as ontologias marginais que descrevi. Em todas essas categorias, mas especialmente nas intersecções entre elas, toda a atmosfera de violência do nosso sistema político e das suas disputas se condensa num terror real.

Eu penso que se queremos entender o desafio que as ontologias marginais trans-travestis colocam para o anarquismo, a gente precisa de um pouco de história. Desculpem se estou sendo muito teórica, vou fazer sentido logo, logo.

Mas sinto que temos que entender que, para que existisse um movimento de transexuais e travestis, a identidade trans-travesti precisou ser definida numa encruzilhada política perigosa. Essa encruzilhada foi a posição de alvo complexo de políticas públicas e daquilo que alguns autores têm chamado de "empoderamento tutelado" (CARVALHO e CARRARA, 2013), sobretudo entre dois conjuntos de aparelhos de Estado: os de segurança e os de saúde; mas, também, mais tarde, um aparelho burocrático administrativo mais abstrato.

4 O texto de James, embora tenha sido publicado apenas no inglês, foi traduzido livremente pelo coletivo anarcofeminista Bibliopreta. Ver: JAMES, Joy. *Afrarealismo e a Matriz Preta: Filosofia de Quilombo na Fronteira da Democracia* [2013]. Tradução Livre Bibliopreta, 2022. (Título Original: *Afrarealism and The Black Matrix — Maroon Philosophy at Democracy's Border*). Disponível por copyleft em: <<https://drive.google.com/file/d/1fkrbw14MJu-dtyR1wYZp0TwNZsWqjeVz/view?ths=true>> Acessado em: 28/07/2023.

Eu gostaria de retornar brevemente a alguns cenários históricos da experiência trans-travesti brasileira, para explicar a ação desses aparelhos sobre a vida trans.

O primeiro se passa em meados dos anos 80. A travesti Brenda Lee, nordestina que se mudou para São Paulo e fez a vida como prostituta, começa a acolher travestis na sua casa, que viria a se chamar, depois, "Palácio das Princesas". A agência de Brenda Lee como uma ativista era implacável. Ela acolhia travestis pacientes de AIDS, rodava a cidade de São Paulo em busca de informações e recursos, e enfrentava uma burocracia médica dracônica; e ela o fazia com um financiamento comunitário, com seu próprio trabalho e com doações de outras travestis. Eram os primeiros anos da Crise da AIDS e o ódio anti-travesti atingia proporções aterrorizantes. Esse era o Brasil da redemocratização e, no breve intervalo entre 1983 e 1988, o que estava em jogo era a definição de quais sujeitos contariam ou não como cidadãos segundo a nova Constituição da República. Isso era, essencialmente, uma redefinição do que seria o "humano" no domínio da democracia: para quem a democracia se mostraria como promessa de emancipação e para quem ela se mostraria como atualização de um terrorismo predatório.

No ano de 1987, o estado de São Paulo promoveu um dos mais conhecidos atos de terror anti-trans do país: a Operação Tarântula, que uniu a polícia civil e a população numa caça às travestis que envolveu aprisionamento, tortura e fuzilamento (CAVALCANTI et. al, 2018). A operação teve reverberações por todo o país. O ódio e o medo anti-aids, anti-bicha e anti-travesti eram uma política sanitarista brutal do Estado. Mas aqui chegamos na encruzilhada: apenas um ano depois da operação Tarântula, em 1988, a casa de Brenda Lee foi contratada como "braço" do Instituto de Infectologia do Hospital Emílio Ribas, firmando convênio com a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, prestando cuidado paliativo para travestis pacientes de AIDS, "pacientes sociais" que não tinham famílias e lares para onde serem enviadas e outros pacientes de HIV. O trabalho com o Estado, no entanto, destruiu o potencial político autônomo desse ativismo comunitário de base, retirando a autonomia de Brenda:

É claro, agora que o governo entrou em cena, as coisas claramente mudaram. "Não somos mais uma comunidade", Brenda comenta com um pouco de nostalgia em sua voz. "Somos uma casa especificamente para pessoas com AIDS." Novos acolhidos na casa devem ser autorizados pela Secretaria de Saúde do estado, e nem sempre são travestis. Brenda deve reportar-se regularmente à Secretaria. (ADAMS, 1990, s/p.).

A agência travesti de Brenda, orientada para o cuidado comunitário, foi instrumentalizada pelo Estado como forma de encontrar mão de obra barata para o trabalho de cuidados que ninguém queria realizar. Essa agência foi despolitizada pela necessidade de romper com sua base comunitária para se sustentar enquanto um serviço, responsabilizando agentes precarizadas e marginalizadas por darem cabo de formas de organização política e do trabalho que mantinham incontestadas a sua própria precarização e marginalização.

A morte social travesti também se solidificava ao mesmo tempo em que iniciavam-se as primeiras formas de inclusão homossexual ou “LGBT”. Enquanto ocorria nos anos 90 a despatologização da homossexualidade, intensificavam-se as patologizações trans-travestis. Ao longo dos anos 80, 90 e início dos 2000, a separação definitiva entre homossexuais, transexuais e travestis se dava entre as disputas de dois aparelhos de Estado: os aparelhos da saúde definiam critérios performativos para separar — através da identificação do desejo de se engajar com tecnologias hormonais e cirúrgicas mediadas pelo Estado — pessoas “verdadeiramente” transexuais de travestis. Sobre isso, a fala de Thelma Lipp em 1988 ao responder a pergunta “Thelma, o que é um travesti e por que que você não é um?” aparece aqui como paradigmática:

O travesti é uma caricatura de uma mulher. Eu não sou uma caricatura, eu sou uma mulher. O travesti é exagero, quadris enormes, seios muito grandes, maçãs do rosto enormes, gestos abrutalhados, uma coisa indefinida que não é homem e nem mulher, você olha e você vê que é um homem vestido de mulher, que tem uma cabeça completamente diferente, que sai à rua pra chamar atenção, pra que as pessoas saibam que é um travesti. [...].⁵

Ao mesmo tempo, os aparelhos de “segurança” pública separavam travestis dos homossexuais através da identificação visual associada a um imaginário de criminalidade. Sobre isso, talvez seja paradigmática a fala de 1987 de João Mascarenhas, fundador do Lâmpião da Esquina, à Assembleia Nacional Constituinte:

Há, segundo ele, o homossexual comum e há o travesti, que em muitos casos são prostitutas e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas. A imagem predominantemente atribuída ao homossexual na verdade corresponderia ao travesti e esta aproximação atrapalharia o movimento organizado.

⁵ Esta fala está presente no documentário: MEIER, Pierre-Alain; KÄLIN, Matthias. *Dores de Amor*. Suíça-Brasil: Amidon Paterson Film Genève & Jürg Müller Film São Paulo, 1988. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I7eO00w5g9o>> Acessado em 28/07/2023.

(MASCARENHAS *apud* CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 320).

Tanto Thelma Lipp quanto João Mascarenhas são pessoas brancas, suas falas ecoando um imaginário racial implícito da marginalização que levaria ao uso de tecnologias artesanais de transição ou à criminalidade “dos” (sic) travestis.

O segundo cenário do qual quero tratar é mais difuso, e ainda está conectado às intensas perseguições policiais contra travestis e prostitutas cisgêneras desde a ditadura militar até os dias de hoje. Especialmente, a perseguição do Estado contra as experiências radicalmente centradas no corpo, nas quais, como nas palavras da travesti argentina Lohana Berkins, “é o corpo para a vida, o corpo para a luta, o corpo para tudo” (BERKINS, 2000). Esse foco no corpo, especialmente nas práticas não legitimadas de modificação corporal e no uso do potencial sexual do corpo como forma de produzir subsistência, são perseguidas por um policiamento *somatofóbico*, um policiamento que busca alienar as mulheres e pessoas dissidentes dos seus próprios corpos. Num relato da travesti Martinha, sobre a experiência na ditadura militar, ela disse que a polícia já a prendeu “porque ela tinha peito”. Essa ideia de ser o crime incorporado é em partes o que define a experiência trans-travesti perto dos aparelhos de segurança e também do mercado de trabalho. Os protestos da travesti Indianara e Siqueira, que mostra seus peitos em espaços públicos, e é presa por um crime “feminino”, embora seja reconhecida em seus documentos como um homem, recupera essa história⁶.

Vejam, o foco na construção do corpo, o intenso trabalho pelo corpo e através o corpo das experiências das putas travestis tende a separá-las da identidade de classe trabalhadora. A travesti argentina Marlene Wayar fala que considerar as putas trabalhadoras segundo a definição estrita de *O Capital* é considerar que alguém aplica a mais-valia sobre os seus corpos, e ela não tem o menor interesse numa vida cafetinada⁷ Sua proposta é de que:

Nós somos as que demonstram que não é assim, que a terra nos pertence, porque, nesse caso, a terra é o próprio corpo. Ninguém pode dizer “seu corpo me pertence”, “tudo que trabalhar ou tudo que fizer com o seu corpo é meu” ou “você deve me dar uma mais-valia”. Impossível. Ninguém pode dizer que é proprietário do conhecimento, dos meios de produção, de trabalho na prostituição; porque ela é intuitiva, por que é o que se leva, porque é o que portamos, o que sabemos. (IURIS DICTIO, 2019, s/p.)

⁶ Ver o relato de Indianara e Siqueira em : (VIEIRA E BAGAGLI, 2018, p. 335).

⁷ Conf.: WAYAR, 2019. Disponível em: <https://revistas.usfq.edu.ec/index.php/iurisdictio/article/view/1563>
Acessado em: 23/07/2023.

As putas e as travestis não são “trabalhadoras”, são *lumpemproletariado*, são massas marginais, estão fora do processo produtivo, não são trabalhadoras — mas que trabalham, trabalham. E muito! Esse olhar unidimensional e masculinizado para a questão do trabalho tem sido um dos principais motivos de as experiências de putas e de pessoas trans serem inassimiláveis para as esquerdas hegemônicas. Não sendo trabalhadoras, pensa-se que as putas e as travestis, em maioria excluídas do mercado de trabalho formal, não têm consciência política. Mas eu gostaria de evocar a imagem histórica recuperada por Caia Maria Coelho, de 300 travestis protestando contra o assassinato de uma de suas irmãs na frente de uma delegacia em Pernambuco, 1984⁸, e perguntar se as travestis e putas não têm consciência política. Viva a faculdade de putaria, diz Indianarae.

Outro cenário histórico nos leva de volta à figura de Lula. Pois foram nos governos de Lula e Dilma, através das 3 Conferências Nacionais LGBT de 2008, 2011 e 2016, que as principais decisões que afetam a atual conjuntura da vida trans foram tomadas. Foi através da experiência como alvos e agentes multiplicadoras das políticas públicas de saúde que travestis e transexuais brasileiras conseguiram nacionalizar seu movimento e construir suas primeiras reivindicações bem sucedidas de direitos, como recupera o relato da traviarca Jovanna Baby (2021). No entanto, esse processo nos tornou “refêns” dos sistemas de saúde — um *status* que já foi descrito como “SIDAdanização”, com S, em referência à sigla brasileira da aids, onde travestis e transexuais receberam um status semi-cidadão através da responsabilização pela crise de saúde; e como “cidadania cirúrgica”, considerando que as pessoas trans-travestis foram submetidas à exigência de ingressar no processo transexualizador do SUS para garantir legitimidade existencial, social e política. Mesmo após as longas lutas pela reforma do sistema de saúde que levaram à publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em 2011, a saúde trans frequentemente exige a inscrição biopolítica das pessoas travestis como delicados casos psicopatológicos e/ou vetores em potencial de HIV/aids que devem ser devidamente acompanhadas e controladas pelo Estado, de maneira que essa preocupação frequentemente está acima da saúde integral do sujeito — agredindo o direito trans-travesti à autonomia corporal pelo monopólio de Estado de tecnologias de saúde e gênero. Essas ficções atualizam uma construção ciscolonial de virulência do corpo travesti — especialmente do corpo travesti preto — brilhantemente descrita pela intelectual travesti negra Mariah Rafaela Silva (SILVA, 2021b). O recente vocabulário político anti-trans, que evoca a noção de uma “epidemia trans”, se apresenta como assustadora evidência.

8 A imagem — um recorte de jornal recifense — foi recuperada pela pesquisa e acervo pessoal de Caia e disponibilizada em suas redes sociais.

Para aquelas sujeitas excluídas do sistema de saúde, o uso artesanal das tecnologias de transição, na ausência de educação em saúde e interesse da indústria farmacêutica, é permeado por riscos. Mas esses momentos estruturantes encontram sua atualização aterrorizante na atual conjuntura política.

O momento histórico do qual falamos é aqui e agora, no "pós" bolsonaro, percebendo a totalidade do impacto dos intensos desmontes das principais vias de construção de políticas trans-travestis, e a destruição intencional de ambulatórios, conselhos, programas, e demais políticas do Estado (*Ver*: REDE TRANS BRASIL, 2023). A dependência do movimento trans-travesti dessa abertura do Estado reduziu significativamente nossa autonomia. A situação das casas de acolhimento trans-travesti no Brasil talvez seja a melhor ilustração dessa conjuntura: podemos pensar nas implicações da desocupação em plena pandemia da CasaNem por um batalhão da Polícia Militar e da Guarda Municipal em 2020, seguida, nos próximos anos, da interrupção do eixo de acolhimento do projeto.

A institucionalização e ONGuização⁹ do movimento trans-travesti são estilos predatórios do Estado e da iniciativa privada. Aqui, é o cuidado necessário para garantir a sobrevivência trans e travesti que é predado. É sobre capturar, tornar dependente, desmobilizar e retirar do convívio social e político.

Eu não quero apresentar esse argumento como algum tipo de crítica que rejeita os rumos e decisões do movimento travesti-trans até o momento. Essas decisões são tomadas de modo consciente e visando a sobrevivência do grupo. Foi graças a essas decisões que uma jovem intelectual travesti, uma travesti universitária, uma travesti viva pode falar com vocês hoje. Mas precisamos estar atentas à atualização perpétua da violência e das exclusões.

Em 2016, foi instituído o direito ao Nome Social no âmbito de toda a administração pública federal, e em 2018, foi garantido o direito à retificação de nome e gênero em cartórios sem a apresentação de laudos médicos. Embora esses sejam avanços significativos para as nossas vidas, eu acredito que essas políticas de reconhecimento representam um campo mais complexo de perigos.

Vejam, as exclusões e violências estatais anti-trans que tinham um conteúdo mais explícito, sobretudo após os princípios de Yogyakarta e novamente com os ares dos debates sobre a criminalização da LGBTfobia em 2016, passaram a ser representadas como aberrações democráticas, ações não compatíveis com as funções dos Estados-Nação liberais. Mas essas exclusões não sumiram. Eu gostaria, pensando como o anarquista trans

⁹ Sobre os problemas práticos e éticos da ONGuização de movimentos sociais ver Gohn (1997) e Spade (2020).

estadunidense Dean Spade¹⁰, de argumentar que as exclusões e violências anti-trans foram codificadas pelo Estado em nossas próprias conquistas, através de uma sofisticação dos aparelhos burocráticos.

Eu não tenho o tempo aqui pra analisar nenhum caso em detalhes. Mas posso citar algumas questões que me incomodam: o limbo jurídico-administrativo no qual se encontram as pessoas no processo de retificação de nome e gênero e a aplicação frequentemente errada e violenta da política de nome social por parte de agentes cisgêneros¹¹; a aplicação violenta das leis antidiscriminação, que frequentemente tem se voltado contra estudantes trans e travestis nas escolas, em vez de protegê-las; a falta de estrutura da maior parte das instituições para receber os novos "direitos" trans instituídos; e talvez, mais recentemente, esse novo documento de identidade que representa um retrocesso no reconhecimento das identidades trans.¹² Especialmente, agora, eu gostaria de atentar para o fato de que até 69 projetos de lei anti-trans foram apresentados apenas no ano de 2023, alguns sendo aprovados seguindo uma assustadora onda fascista internacional; de maneira que a legislação anti-trans convive tranquilamente com a criminalização da LGBTfobia no Brasil — vocês devem ver, aqui, que eu estou falando de um Estado que institui certos direitos para uma população, mas faz isso sem nunca mudar as estruturas de seus aparelhos burocráticos e administrativos fundados numa lógica de agressão sistêmica e aniquilamento dessa mesma população. Nesse atual "Estado" de coisas, a humanidade travesti-trans se torna refém de políticas públicas sujeitas a desmontes, rituais burocráticos e jogos administrativos. E o que esse processo faz, na maioria das vezes, é anular a agência política trans-travesti ao assassinar a cidadania.

É mais ou menos disso que falamos quando evocamos o conceito de “cisgeneridade”. Vejam, o gênero é uma categoria central na organização das instituições sociais e dos aparelhos administrativos e burocráticos de Estado. Você não anda na rua sem gênero, não se relaciona sem gênero, não tem um documento sem gênero, não recebe um auxílio nem se

10 Sobre o conceito de Spade de “violência administrativa”, ele afirma: “Em vez de se concentrar em mudar a lei de maneiras que deveriam declarar a igualdade e o valor da vida das pessoas trans, mas na verdade provam ter pouco impacto na vida cotidiana das pessoas que supostamente protegem, uma análise distributiva sugere um foco nas leis e políticas que produzem normas e regularidades sistêmicas que impossibilitam administrativamente a vida das pessoas trans. Discutirei especificamente três áreas da lei e da política que têm um impacto muito significativo na vida das pessoas trans: regras que regem a classificação de gênero na identidade, regras que regem a segregação sexual de instituições-chave (abrigo, lares coletivos, cadeias, prisões, banheiros), e regras que regem o acesso a cuidados de saúde afirmativos de gênero para pessoas trans.” (2015, p. 12, tradução do autor).

11 Sobre isso, conferir o relato da Rede Trans UERJ em: BARBOSA, Angie de Lima Santos; SANTOS, Lori Araújo Delarue dos. Desaprendendo a Univer(cis)dade: A Ação da Rede Trans UERJ. **Notícias, Revista Docência e Cibercultura**, Janeiro de 2023, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1566>>. Acessado em: 29/07/2023

12 Ver: **Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil** / ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag, 2022.

beneficia de uma política pública sem gênero e também não participa de um movimento social e de uma luta revolucionária sem gênero. O gênero define se você é uma pessoa violenta ou violentada, pública ou privada, cuidadora ou cuidada, o gênero define como nossas forças são expropriadas, como as polícias nos regulam, quais dispositivos de punição e controle se aplicam a nós, como nos relacionamos com sistemas de conhecimento e reconhecimento. As pessoas não-cisgêneras são alvo dessa violência contra os nossos gêneros que são vistos como incoerentes e mesmo impossíveis — uma violência *desgenerificadora* — que retira, também no processo, a cidadania e a humanidade. Nessa posição de ser absorvida nas instituições mas sempre como um problema, sempre como uma incógnita, sempre como uma gambiarra, ficamos imobilizadas. Esse corpo *injugável, ingerenciável e ingovernável*, fica então, abandonado. Isso levou o filósofo trans Paul Preciado (2020) a comparar o status da pessoa trans com o status de um imigrante ilegal. Aquelas de nós que têm sorte e maior acesso a recursos e segurança por não terem sido expulsas de casa, que trabalham fora da prostituição e estão no ensino superior — e aqui eu me incluo — precisam ainda enfrentar a violência inevitável da transfobia e lutar contra as forças desmobilizadoras de instituições que buscam silenciar nosso radicalismo.

Eu só posso concordar com Joy James, para quem “Como a violência policial e os homicídios no Brasil indicam, o paradoxo de garantir alguns direitos mas negar a própria vida nunca foi estruturalmente abordado nem por liberais, nem por progressistas.”¹³ Vejam, aquilo que estabiliza nossa democracia frente às reivindicações legítimas dos novos cidadãos coletivos, especialmente as reivindicações pedagógicas do movimento de travestis e transexuais brasileiro¹⁴, é a inclusão das lutas sociais nessa lógica predatória do Estado que aprendeu a empreender projetos de morte contra as vidas trans-travestis mantendo a sua fachada democrática. Isso permite que as instituições sejam quão autoritárias e violentas quiserem, contanto que a violência seja suficientemente velada, contanto que a responsabilidade possa ser retirada do Estado e transferida para a sociedade civil de um modo privatizante. É uma nova tecnologia de poder essa tecnologia positiva dos Direitos Humanos, uma tecnologia de violência administrativa.

Essas exclusões, menos explícitas que aquilo que reconhecemos como um crime de LGBTfobia, porém não menos brutais, levam a pessoa trans-travesti a um ciclo mais intenso de exclusões e violências. Analisando as exclusões mais intensas, como a exclusão familiar, a

13 JAMES, Joy; ALVES, Jaime Amparo. States of Security, Democracy’s Sanctuary, and Captive Maternals in Brazil and the United States. *Souls*, v. 20, n. 4, pp. 345–367, 2018.

14 Sobre o caráter pedagógico do movimento de travestis e transexuais brasileiras, ver: PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogias das travestilidades*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2022.

intelectual travesti negra Bruna Benevides (2021) afirma que esse ciclo “leva as pessoas trans à marginalização e, conseqüentemente, à morte, seja por falta de acesso a direitos fundamentais, sociais e políticos, ou, ainda, pela omissão do Estado em garantir o bem-estar social dessa população.” Eu quero recomendar, inclusive, que todes aqui busquem ler a produção teórica que acontece nos relatórios anuais da ANTRA, que vai muito além da simples contagem e tratamento de dados sobre os assassinatos, mas que conceitualiza o funcionamento da transfobia à brasileira.

Essa volta nos faz retornar à cena de uma travesti negra assassinada, mas agora, em 2021. Falo de Roberta Nascimento, uma travesti em situação de rua, a quem um jovem menor de idade ateou fogo, sem discriminação, no meio do espaço público.

Após a assustadora onda de transfeminicídios no estado de Pernambuco em 2021, a Rede Autônoma de Pessoas Trans e Travestis de Pernambuco (RATTS-PE) redigiu uma carta-proposta ao Poder Executivo do estado. Uma característica chave do compromisso dos ativistas da RATTS é que, apesar de abordarem diretamente os chamados crimes de ódio, sua conceitualização do ocorrido e da transfobia não recorreu ao pacto do complexo industrial-prisional e do Estado carcerário. Em vez de conceitualizar os transfeminicidas como meramente “criminosos”, o documento descreve o jovem que ateou fogo ao corpo de Roberta Nascimento, por exemplo, como “[...] um adolescente adoecido e esquecido pelo Estado, que instrumentalizou a transfobia contra o corpo da vítima, de acordo com o ódio estrutural e institucional difundido por grupos conservadores e fundamentalistas da sociedade que estigmatizam e demonizam as identidades trans” (2021).

Essa abordagem do transfeminicídio recusa a privatização da violência anti-trans na forma de uma infração de direitos praticada por um agente individual da violência, e responsabiliza sua dimensão cis-têmica, organizada, codificada nos aparelhos do Estado.

Para a RATTS-PE, esse adolescente não foi o único transfeminicida: cada instituição que abandonou tanto ele quanto Roberta, cada policial e agente do Estado, cada político e figura pública que operou e organizou em suas bases o ódio anti-trans, cada expressão de ódio cometeu, em conjunto, o travesticídio.

A ficção de um crime, uma lei antidiscriminação, ou mesmo uma concepção individualista de "transfobia" são completamente incapazes de apreender a complexidade desse acontecimento. Nas palavras de Caia Maria Coelho, intelectual travesti e ativista da RATTS:

A LGBTfobia é uma questão política, social, científica e religiosa. É relevante considerar que não é, ontologicamente, um crime. Ela foi criminalizada.

Obviamente, todo crime passou por um processo de criminalização, mas isso logo é esquecido, pois a solução da violência é terceirizada para a lei, e “crime” vira sinônimo de “problema”. Definir estreitamente a LGBTfobia como “crime”, o que restringe as possibilidades de defini-la em vários outros eixos, obstrui as chances de entendê-la e superá-la. (MARTINS e COELHO, 2022, tradução da autora).

Combater a LGBTfobia é disputar todo um projeto social, cultural e político desde as suas bases não apenas na economia ou na autoridade, mas no desejo. Esse é um processo maior e mais complexo do que as ideias mais comuns de revolução. Nosso papel e nosso desejo nos movimentos sociais deve partir daí.

A demanda da RATTTS é provavelmente uma das mais radicais e avassaladoras do movimento trans-travesti para o mundo cisgênero: uma nova consciência política, orientada por um senso concreto de responsabilidade por nossas vidas fragilizadas. Essa radicalidade travesti entende que não há justiça para o transfeminicídio, pois nem o Estado nem a sociedade ci(s)vil podem trazer de volta as inúmeras travestis que mataram.

Voltamos às eleições e à retórica de nossa democracia, às cenas semioticamente saturadas onde o presidente sobe a rampa junto a minorias sexuais e de gênero [embora nenhuma travesti], “recebe” seu poder de mulheres negras e nomeia ministros que convidam pessoas trans para assumirem pastas em suas gestões. Após a reação de bolsonaristas contra a eleição de Lula, invadindo o planalto e o congresso, o presidente eleito declara que “A primeira coisa que a gente tem que ter clara é que a extrema-direita, ela existe hoje no mundo inteiro. [...] Agora, o que precisamos é derrotar essa narrativa fascista que tem no Brasil”.¹⁵ Enquanto o Estado mobilizava seus aparelhos policiais para “combater” o fascismo, passava quase despercebida a notícia de que “Presas trans são retiradas de celas na Colmeia para acomodar bolsonaristas”.¹⁶ Em algum lugar além da retórica anti-fascista de nosso novo projeto de democracia, podemos ver, viva e densa como nunca, a atmosfera de morte social que o Estado carcerário e cissupremacista segue a projetar contra as vidas trans. Pois então sejamos honestas, para dizer que o fascismo não ameaça nossa democracia — na verdade, eles têm andado bastante confortáveis juntos nos espaços onde a democracia é naturalmente fascista: na prisão, nas periferias, na precarização do trabalho, e no gerenciamento biopolítico

15 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/natuza-nerly/post/2023/01/18/fiquei-com-a-impresao-que-era-o-comeco-de-um-golpe-de-estado-diz-lula-sobre-atos-terroristas-em-brasilia.ghtml> Acessado em: 29/07/2023.

16 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/18/rotina-presidios-df-chegada-bolsonaristas.htm#:~:text=Mulheres%20trans%20e%20travestis%20presas,das%20sedes%20dos%20Tr%C3%AAs%20Poderes>. Acessado em: 29/07/2023.

dos corpos dissidentes. Já disse a travesti chilena Claudia Rodriguez que “para as travestis reais, o Estado não pode existir”.¹⁷

É aqui que falo com vocês como uma anarquista que enfrenta as múltiplas contradições do ativismo travesti-trans com a institucionalidade. Eu sou uma anarquista que produz parte de sua agência política na universidade, o que exige de mim a negociação com as instituições, ao priorizar as demandas concretas de pessoas trans — enquanto, ao mesmo tempo, mantenho plena consciência da impossibilidade que é a negociação institucional das nossas vidas. Quero dizer o que tenho a pedir de vocês, anarquistas cisgêneros.

O realismo das vidas travestis-trans é brutal: estamos acostumadas com um imaginário de conflitividade, violência e morte. Nosso radicalismo é presente, e ele nunca vai embora, porque parte da necessidade mais instintiva de sobrevivência. Mas esse radicalismo, como qualquer radicalismo, precisa ser alimentado e protegido contra as investidas de cooptação, desmobilização e morte — precisamos das estruturas organizacionais autônomas que nos permitirão resistir às instituições com mais força do que temos agora.

A vulnerabilidade da vida trans ao ódio social nos obriga a nos ver como existências sob ataque de todas as direções, em todas as políticas — dos fascismos aos conservadorismos aos feminismos e dinâmicas do próprio movimento LGBT ao liberalismo e aos radicalismos de esquerda — parece que é a política mesma que está contra nós.

Desse modo, um dos nossos principais desafios é superar o afeto que a intelectual travesti Leila Dumaresq chamou de “fetiche de subsistência” (2013) — a disposição de fazer tudo e se identificar com sistemas opressores para se agarrar ao mínimo de segurança — rumo à construção de agências políticas trans e de imaginários transfeministas para além da democracia. As militantes travestis e transexuais precisam enfrentar violências e construir soluções para todas as áreas da vida: saúde, educação, planejamento urbano — a lista é infinita. A quantidade de conhecimentos especializados que as militantes travestis possuem é aterradora, tudo isso amarrado por uma ética existencial travesti de vulnerabilidade radical; essas intelectuais militantes são as pessoas mais preparadas que conheço para enfrentar de tudo. E elas precisam da segurança de que terão as estruturas organizacionais de cuidado necessárias para a sua sobrevivência.

17 Conferir em: VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015, p. 200. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf> Acessado em: 29/07/2023.

Como anarquista, peço de vocês essa solidariedade irrestrita e livre, uma solidariedade em transição com vidas também em transição: uma busca ativa pela proteção dessas vidas fragilizadas trans e travestis. Eu não quero que militantes anarquistas pensem que devem radicalizar as travestis ou organizá-las, mas que queiram aprender com elas, e talvez transicionar suas organizações no processo. É necessário ir além apenas da retórica de “incluir” ou “abraçar” as lutas de pessoas travestis-trans em movimentos anticapitalistas e anarquistas, ou de repetir, de modo quase automático, a obviedade de “que a culpa da opressão de pessoas trans-travestis é do Capital e do Estado”.¹⁸ Precisamos interpelar os movimentos anticapitalistas e anarquistas a partir de nossas experiências, de modo que os movimentos se vejam obrigados a produzir estruturas concretas que acolham e possibilitem uma luta anarquista trans e a autonomia de agentes políticas travestis.

Esses desafios chamam por um movimento anarquista capaz de conceitualizar a violência anti-trans como responsabilidade coletiva — uma autocrítica cismasculina que reconheça que o anarquismo deve implicar também em rebeldia contra as ficções violentas de seu próprio gênero, e uma autocrítica cisfeminina que reconheça a continuidade produzida pelo Estado carcerário ciscolonial entre as construções de segurança pública feminina branca cisgênera de classe média e a morte social preta e trans; precisamos de uma estrutura radical que seja capaz de acolher as necessidades históricas e concretas de sobrevivência transvestigênera, medindo liberdade e autonomia também em termos de possibilidades de livre modificação corporal, assistência para saúde, segurança e redução de danos voltada para as transições de gênero e multiplicação das ferramentas de autodefinição e expressão de diferença; e uma abordagem da vida trans que descentralize e coletivize o cuidado dessas nossas vidas sob constante ameaça, reconhecendo nossas estratégias de sobrevivência como formas de trabalho subordinadas na lógica do Capital. As estruturas de cuidado são centrais: não estou falando de imaginários masculinistas de revolução, as travestis não queremos saber disso. Quero falar dessas *bricolagens*, dessas redes de cuidado que prezam pela nossa sobrevivência — um trabalho que, há muito tempo nos movimentos sociais, tem sido feminizado e violentado.

Eu quero um anarquismo disposto a tomar as experiências e lutas trans-travestis como referência. E as lutas trans-travestis colocam para o anarquismo essa demanda de perguntar como enfrentar as barreiras no nosso próprio desejo e nas nossas práticas diárias de regulação de gênero que produzem desumanidade para os nossos corpos. As lutas travestis-trans

18 A militante comunista e intelectual travesti Amanda Palha já produziu valiosas interpelações que confrontam, de modo similar, o movimento Comunista.

redefiniram radicalmente os conceitos de solidariedade e autonomia a partir do cuidado trans. Eu acredito que somente o contato íntimo com uma vida trans é capaz de fazer compreender esse cuidado necessário para as nossas existências. Eu peço de vocês essa proximidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TEXTO COLETIVO. **Carta Proposta para o Combate ao Extermínio de Travestis e Transexuais** / RATTS-PE, Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1NbB5mdVKKX3gbr0IHPpSf8AkHTkNLCS7rL5lfLUEII/edit>.

ADAMS, Michael. **"The House That Brenda Built A Transvestite Response to AIDS in Brazil."** Arquivo. 1990. Digital Transgender Archive, <https://www.digitaltransgenderarchive.net/files/jd472w862> (accessed March 18, 2023).

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BERKINS, Lohana. El derecho absoluto sobre nuestros cuerpos. **Revista América Libre**, no. 18, 2000.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro: pp. 319-351, 2013.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 175-191, 2018.

DUMARESQ, Leila. Transfeminismo: Contradição na Opressão. **Revista Gênero**, v. 14, n. 1, 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

IURIS DICTIO, Equipo Editorial. Las personas travestis estamos viviendo una situación que es de flagrante injusticia: Entrevista a Marlene Wayar. **Iuris Dictio**, 2019. Disponível em: <https://revistas.usfq.edu.ec/index.php/iurisdictio/article/view/1563>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

JAMES, Joy. **Afrarealismo e a Matriz Preta: Filosofia de Quilombo na Fronteira da Democracia** [2013]. Tradução Livre Bibliopreta, 2022. Disponível por copyleft em:

<https://drive.google.com/file/d/1fkrbw14MJu-dtyR1wYZp0TwNZsWqjeVz/view?ths=true>.

MARTINS, Alexandre; COELHO, Caia Maria. Notes on the (Im) possibilities of an Anti-colonial Queer Abolition of the (Carceral) World. **GLQ**, v. 28, n. 2, p. 207-226, 2022.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2016.

WYNTER, Sylvia. No humans involved: an open letter to my colleagues. **Forum N.H.I.: Knowledge for the 21st Century**. vol. 1, no. 1, 1994.

VIEIRA, Helena; BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Transfeminismo. In: **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 335.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

REDE TRANS BRASIL. **Cronologia dos Desmontes das Políticas Públicas LGBTI+ de 2016 a 2022**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://observatoriotrans.org/biblioteca> Acessado em: 28/07/2023.

REVISTA IURIS DICTIO, Equipo Editorial da. *Las personas travestis estamos viviendo una situación que es de flagrante injusticia: Entrevista a Marlene Wayar*. **Iuris Dictio**, 2019. Disponível em: <<https://revistas.usfq.edu.ec/index.php/iurisdictio/article/view/1563>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ROVEDA, Atena. Feminismo trans. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jOXxwKh4q1w&ab_channel=L%C3%BAmAminaUFRGS.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do brasil**. Picos: 2021a.

SILVA, Mariah Rafaela. “Código de ameaça: trans. Classe de risco: Preta.” In: **Pandemia Crítica** / Peter Pál Pelbart & Ricardo Muniz Fernandes [orgs]. São Paulo, N-1 Edições, 2021b.

SPADE, Dean. **Mutual aid: Building solidarity during this crisis (and the next)**. Verso Books, 2020.

_____. **Normal life: Administrative violence, critical trans politics, and the limits of law**. Duke University Press, 2015.